

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.264 - AL (2019/0356752-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : M M V B (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por M M V B, contra acórdão proferido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, no julgamento do HC n. 0803604-41.2019.8.02.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 217-A, c/c o art. 71, ambos do Código Penal (e-STJ fl. 124).

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o recorrente se encontra preso há mais de 10 (dez) meses, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Alega ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do recorrente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do réu poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 244-248):

[...]

Pois bem. Ao analisar o caso dos autos, sob a ótica do princípio da razoabilidade, não verifico quadro de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Digo assim porque, ao consultar o andamento do processo de origem no Sistema de Automação do Judiciário - SAJ do primeiro grau, observei que o Poder

Superior Tribunal de Justiça

Judiciário não agiu com morosidade na condução do processo, tampouco esteve desatento à prisão do paciente.

Ora, é possível notar que a exordial foi oferecida no dia 19 de novembro de 2018, tendo sido recebida pelo Magistrado no dia 11 de dezembro daquele mesmo ano, o que demonstra a diligência do Juiz na condução do feito, desde o nascedouro do mesmo.

Adiante, a defesa apresentou resposta à acusação no dia 18 de fevereiro do corrente ano, de modo que o Juiz apreciou a referida na manifestação no dia 25 de fevereiro subsequente, oportunidade em que também empreendeu as diligências necessárias para iniciar a fase de instrução, o que só ratifica que, embora o réu estivesse preso cautelarmente, o Juiz sempre adotou os esforços necessários para o processo ter seu andamento regular.

Constata-se também que, durante o andamento da instrução, houve a necessidade de se realizar o depoimento sem dano da criança, fato que também fez com que o andamento do feito se alongasse, o que, a meu sentir, não representou típica morosidade apta a configurar o vício apontado pela defesa. Pelo contrário, tal fato, na situação em tela, figurou como um incidente que acabou tardando o juízo definitivo de culpa do ora paciente.

Deve colocar em relevo, ainda, que, recentemente, no dia 20 de agosto do corrente ano, foi realizada a última audiência de instrução do processo de origem, oportunidade em que foi colhido o interrogatório do réu. Também no referido ato instrutório a acusação apresentou suas respectivas alegações, tendo a Defesa sido intimada para aduzir sua manifestação derradeira, antes do Juiz proferir sua Sentença.

Nota-se, pois, que o feito, na origem, já se encontra bastante avançado, haja vista se encontrar na fase decisória, inclusive, na iminência de o Magistrado proferir decisão definitiva a qualquer momento.

Desta forma, em atenção ao contexto específico do caso em análise, não há como considerar, com base no princípio da razoabilidade, que houve mora ou negligência da autoridade coatora na condução do processo. Pelo contrário, nota-se que o Magistrado mostrou-se diligente desde a fase postulatória.

Além disso, com esteio no enunciado sumular nº 52 do STJ, não há o que se falar no suposto vício ora em

Superior Tribunal de Justiça

apreciação, pois "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

[...]

Digo assim porque, ao fundamentar o decreto de prisão preventiva, o Juiz demonstrou, com base em elementos válidos, que a segregação do paciente se fazia necessária, a fim de garantir-se a ordem pública, haja vista o modus operandi do suposto delito praticado pelo agente, bem como a intranquilidade social que o delito a ele imputado causou na população de Mata Grande/AL.

O Magistrado destacou, sobretudo, a gravidade concreta da conduta que supostamente o paciente empreendeu. Veja-se:

[...]

Vale salientar, ainda, que, posteriormente, o Juiz reanalisou o quadro fático dos autos e manteve a prisão preventiva, por entender inalterada as circunstâncias que determinaram a segregação cautelar do paciente. Leia-se:

[...] O pleito de revogação da prisão preventiva somente deverá ser atendido quando não estiverem satisfeitos, em sua integralidade, os requisitos autorizadores da decretação desta segregação cautelar. No caso dos autos, analisando, de per si, os argumentos expendidos pelo requerente, entendo que se fazem presentes os requisitos autorizadores do decreto prisional.

Preliminarmente, ressalto, a teor de remansoso entendimento firmado no âmbito do STJ e do próprio STF, que a prisão provisória não ofende o princípio constitucional do estado de inocência. Como é cediço, o primeiro requisito, de acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, exige, para a sua configuração, a prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria. Apesar de o acusado alegar que não indícios mínimos em seu desfavor, esses elementos se fazem presentes no inquérito policial, notadamente nos depoimentos das testemunhas oculares, no relatório médico a indicar a existência de fissura anal, além da própria confissão em solo policial. Neste passo, cumpre dizer que o delito pelo qual o requerente foi denunciado se encontra incurso no rol daqueles em que é permitida a decretação da prisão preventiva, uma vez que prevê pena de reclusão superior a 04

Superior Tribunal de Justiça

(quatro) anos (art. 313, 1, CPP). Assim, insta dizer, a prisão preventiva fundada na garantia da ordem pública não é admitida unicamente para evitar a reiteração delitiva. Em verdade, conforme esclarece Guilherme de Souza Nuccil: 'trata-se da hipótese de interpretação mais extensa na avaliação da necessidade da prisão preventiva'. [...] A meu sentir, o modo como o investigado supostamente teria praticado o crime (estupro de vulnerável praticado contra menor de idade, após atraí-la a lugar distante da proteção dos responsáveis, com a promessa de lhe dar alimento), sem sombra de dúvidas, demonstra a sua periculosidade e evidencia que não teme a Justiça, devendo ser submetido a regime de prisão provisória, no interesse da ordem pública. Desse modo, ainda que haja a alegação de que o réu possui residência fixa e bons antecedentes, esses não são motivos suficientes para a concessão da liberdade provisória, pois os requisitos para a decretação da prisão preventiva são outros, conforme jurisprudência amplamente conso lidada pelas Cortes superiores. Não bastasse, é sabido que o réu, na iminência de ser processado, empreendeu fuga, deixando o local onde residia. Dessa forma, é patente que o decreto prisional também há de se fundar na necessidade de garantia de aplicação da lei penal, haja vista que, uma vez empreendida fuga, muito difícil, se não impossível, punir o acusado, ficando comprovada a sua culpa. Sob esse prisma, permanecendo válidos os fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, indefiro o pleito de sua revogação, tendo em vista a necessidade de se garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312, caput, do Código de Processo Penal. [...] (Trecho da decisão que manteve a prisão preventiva do paciente, fls. 143-145 do primeiro grau, grifo nosso)

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator